



TRIBUNAIS ESPECIALIZADOS

# “Propriedade intelectual só num tribunal é solução única no mundo”

Novo equipamento só está na lei, mas Governo já propõe estudo sobre mais tribunais

JOÃO MALTEZ

jmaltez@negocios.pt

Vem aí mais do mesmo ou há uma aposta a séria na resolução dos problemas que, no campo da justiça, afectam o sector da propriedade intelectual? Os especialistas do sector dão o benefício da dúvida ao novo Governo, mas esperam, como diz o advogado Manuel Lopes Rocha, houve “experimentalismo”, com a decisão do anterior executivo em “concentrar num único tribunal toda a Propriedade Intelectual”.

“É uma solução única no mundo, pelo que já estamos a experimentar bastante. Curiosamente, os mentores desta ideia nunca a conseguiram explicar e continuamos à espera dos anunciados estudos que a sustentaram e que nunca apareceram”, evidenciou Manuel Lopes Rocha, sócio da PLMJ, ao **Negócios**.

Tal como adianta, esta medida foi criticada “com bons argumentos, por magistrados e advogados, todos com vasta experiência na área [da Propriedade Intelectual], a própria Ordem dos Advogados a criticou, sem nunca se ter obtido qualquer tentativa de explicação”.

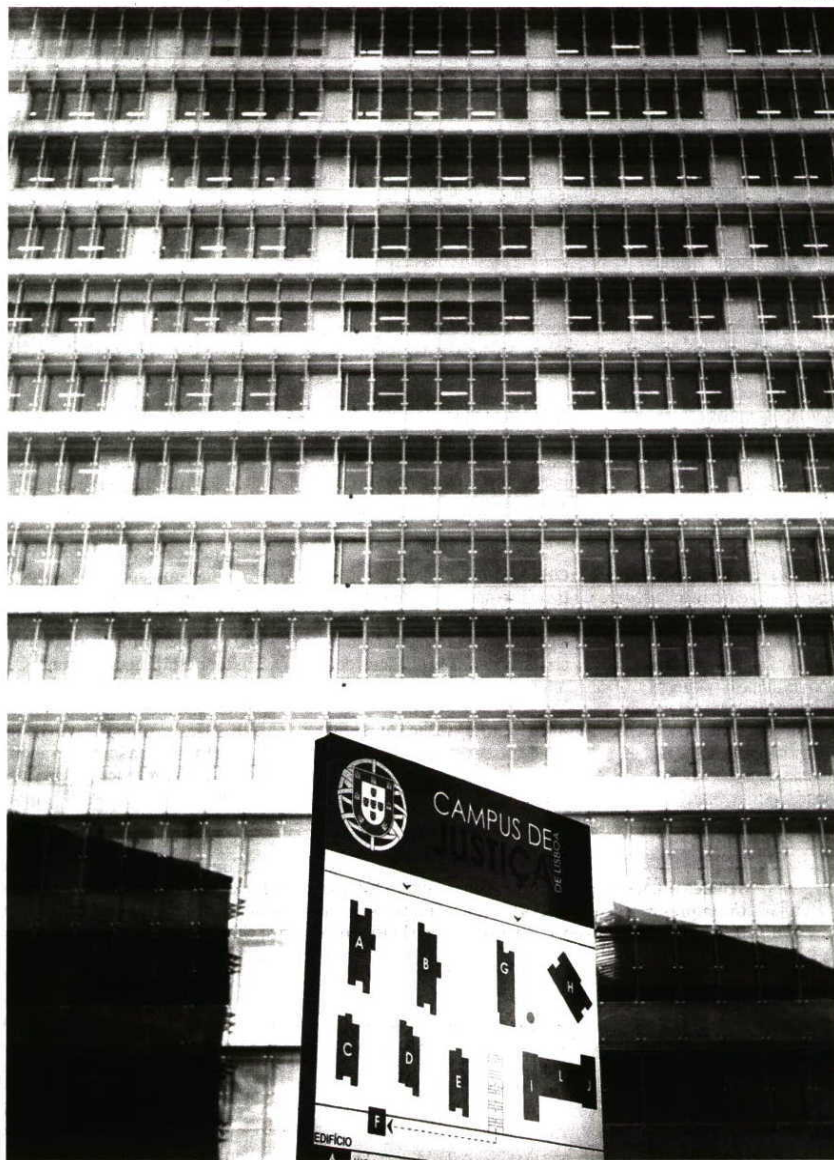
Inscrito no programa do actual Governo surge, entretanto, o anúncio da elaboração de um estudo, no prazo de seis a nove meses, sobre a possibilidade de ampliar o número de Tribunais de Propriedade Intelectual. Isto, quando o primeiro ainda não está a funcionar, o que só deverá suceder em Setembro.

Manuel Lopes Rocha admite que já é positivo “admitir-se que esta solução única pode não servir”. Lembra, aliás, que na Turquia a reforma levada a cabo nesta área de direito começou por um tribunal especializado em em Istambul e outro em Ankara. “Agora, já há mais tribunais especializados nestas duas cidades e um em Izmir”, lembra.

## “Singularidade” na origem da medida

Pelas razões invocadas, o sócio da PPBR e especialista em propriedade intelectual César Bessa Monteiro mostra algumas reservas em torno do estudo anunciado. Por isso afirma: “Espero que tal medida não signifique que em matérias de Propriedade Intelectual, bem como na área da Justiça, continuemos a viver no ‘happening’ autista e sem sentido que caracterizou os governos socialistas”.

Mais ainda, Bessa Monteiro diz-se surpreendido com a singularidade de tal proposta ter emanado da Secretaria de Estado da Cultura e não, como seria de esperar, do Ministério da Justiça. Em todo o caso,



Tribunais | Tribunal de Comércio de Lisboa, já no Campus de Justiça, vai deixar de tratar área da Propriedade Intelectual.

dá o benefício da dúvida ao Executivo: “O compasso de espera que o estudo previsto no programa de Governo irá determinar pode, no entanto, significar que pretende, no diálogo com todos os interessados, reequacionar a organização do Tribunal de Propriedade Intelectual, ponderando as críticas dos que são contrários à criação” do mesmo.

Tanto mais que, como enfatiza Raquel Cuba Martins, advogada da SRS, o facto de o tribunal especializado de Propriedade Intelectual ter competência nacional para julgar um vasto leque de matérias, deixa antever que “a sua capacidade de jul-

gar as acções de forma célere se esgote num curto espaço de tempo”. Portanto, sendo o novo Tribunal inundado de processos, uma eventual falta de celeridade no julgamento das acções revelará a sua insuficiência, admite a mesma jurista.

Daí que entenda que o estudo proposto pelo actual Governo já se enquadre “na previsibilidade dessa insuficiência”. Em conclusão, Raquel Cuba Martins, sustenta que a ideia do Executivo “demonstra ao mesmo tempo prudência, uma vez que a análise das necessidades poderá ser útil na antecipação da resolução dos problemas”.

**Sem uma Justiça rápida nesta área, os discursos do [...] empreendedorismo não passarão de sonhos de noites de Verão.**

MANUEL LOPES ROCHA

## MEDIDAS PREVISTAS

EM ANDAMENTO E NO PROGRAMA DO GOVERNO

### NOVO TRIBUNAL DE ESPECIALIDADE

Lei nº 46/2011 de 24 de Junho que reorganizou o Tribunal da Propriedade Intelectual criado em 2008. Passará a funcionar em Setembro, na cidade de Santarém, onde também haverá um Tribunal da Concorrência.

### MINISTÉRIOS DA CULTURA E DA JUSTIÇA FAZEM ESTUDO

O programa do Governo anuncia entretanto que a Secretaria de Estado da Cultura elaborará, no prazo de seis a nove meses, e em colaboração com o Ministério da Justiça, um estudo sobre a possibilidade de ampliar o número de Tribunais de Propriedade Intelectual.

### GOVERNO DIZ QUERER MAIOR APOSTA NESTE SECTOR

Estimular a produção de propriedade intelectual em áreas relevantes de mercado sob a forma de patentes com alto potencial de licenciamento em mercados internacionais.

### CÓDIGO DO DIREITO DE AUTOR E DOS DIREITOS CONEXOS

Executivo que proceder a adaptações tendo em conta as novas realidades do mundo digital. O Governo compromete-se a estabelecer um período de um a dois anos para elaborar legislação.

### LEI DA CÓPIA PRIVADA

O Governo compromete-se a elaborar nova legislação adaptando-a às necessidades e exigências actuais, num período de seis a oito meses.